



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570653 - SP (2020/0079867-1)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : ISAAC VALENTIM CARVALHO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : RICARDO EDUARDO DA SILVA - SP223858  
ISAAC VALENTIM CARVALHO - SP249240  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOAO EVANGELISTA NASCIMENTO CARVALHO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### EMENTA

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, QUE INDEFERIU MEDIDA DE URGÊNCIA EM *MANDAMUS* ORIGINÁRIO. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO N. 62/CNJ. NECESSIDADE DE ANÁLISE PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. CRIME COMETIDO COM GRAVE AMEAÇA À PESSOA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. AUSÊNCIA. Inicial indeferida liminarmente.

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **João Evangelista Nascimento Carvalho** – preso preventivamente pela prática, em tese, dos crimes de roubo circunstanciado e corrupção de menores –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu a liminar no *writ* ali impetrado (*Habeas Corpus* n. 2054507-76.2020.8.26.0000), mantendo a segregação cautelar imposta pelo Juízo de Direito do plantão judicial da comarca da Capital/SP (Autos n. 1506350-27.2020.8.26.0228).

Alegam os impetrantes, em síntese, que *o paciente é soropositivo para HIV e está no grupo de risco da atual pandemia que assola não só o país, mas o mundo todo, tido como Covid 19* (fl. 5).

Postulam, então, a concessão liminar da ordem a fim de que seja expedido *em favor do paciente ALVARÁ DE SOLTURA diante da pandemia que assola o mundo todo e da discussão ainda existente nos autos da ADPF 347 TPI/DF, por estar o*

*Paciente entre o grupo de risco já que é soropositivo para HIV, ou, de forma alternativa, que lhe seja DEFERIDA a prisão domiciliar e/ou medica cautelar diversa da prisão (fl. 9).*

É o relatório.

O presente *writ* não comporta processamento.

De início, observo que não desconheço o inteiro teor da Recomendação n. 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça, que prevê medidas preventivas de disseminação da Covid-19, causada pelo "novo coronavírus".

Ocorre que o presente caso trata de crime cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, razão pela qual se mostra prudente a análise sobre a aplicabilidade da aludida recomendação, primeiramente, pelas instâncias ordinárias, mais próximas dos fatos, das partes e da ação penal.

Em face do exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a inicial.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator